

**RELATÓRIO RESUMO DE ATIVIDADES DOS
COMITÊS PCJ E SUAS RESPECTIVAS CÂMARAS
TÉCNICAS
2016**

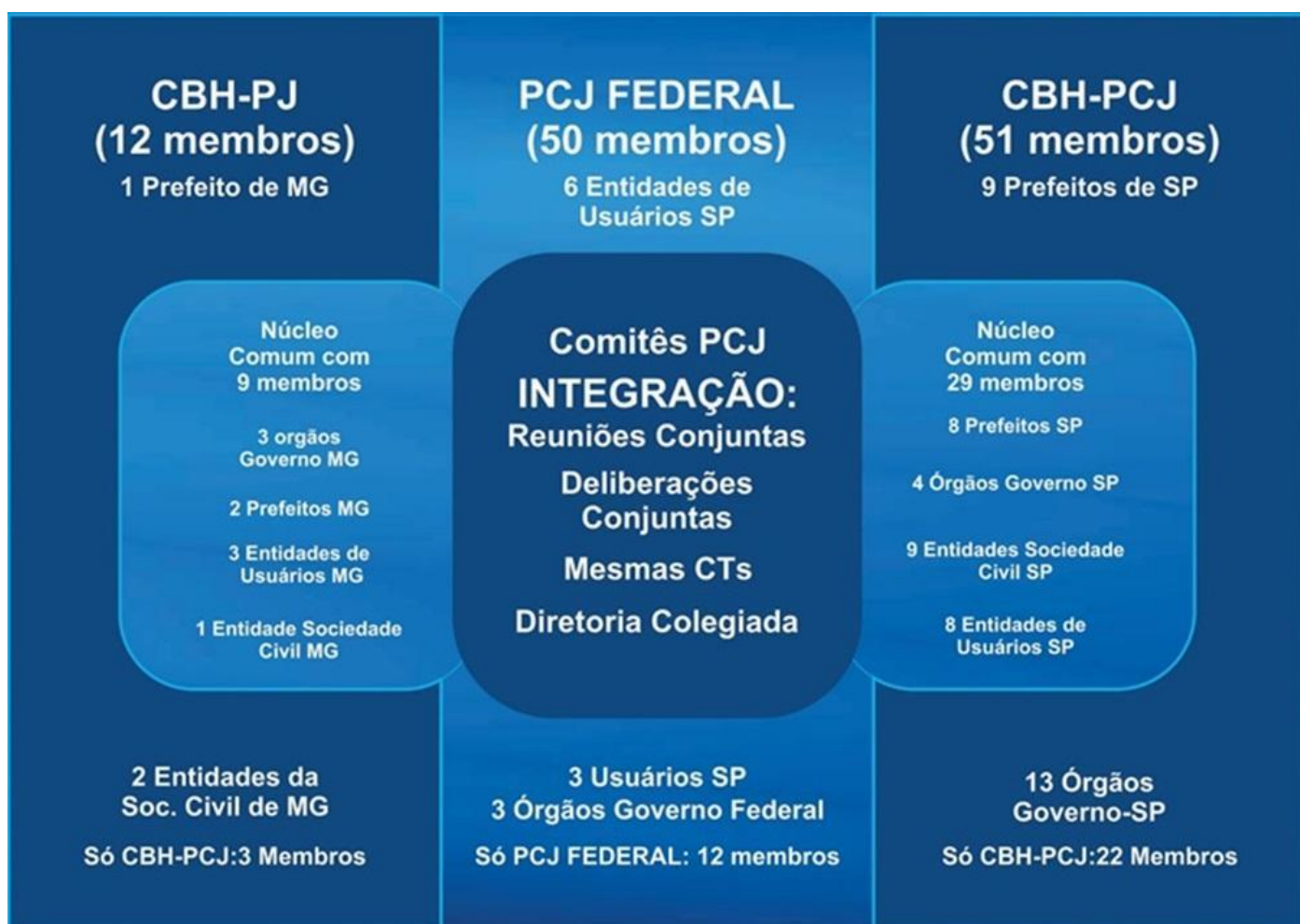
**SITUAÇÃO DA GESTÃO NAS
BACIAS PCJ**

1.1. Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – COMITÊS PCJ

Seu objetivo é promover debates e estabelecer metas e ações para o ideal gerenciamento dos recursos hídricos compreendidos em sua área de abrangência. Para tanto, é fundamental que os Comitês PCJ ajam da forma como vêm sendo feito: integrados, sem discrepâncias em relação aos níveis qualitativos ou quantitativos das respectivas bacias.

Buscando sempre a convergência das decisões desses colegiados, como forma de garantir o desenvolvimento e a continuidade da gestão dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, a gestão é descentralizada e participativa. Entre outros pontos relevantes que marcam a história dos Comitês PCJ, está a forte participação da comunidade que pode se integrar aos Comitês por meio de suas 12 Câmaras Técnicas.

Figura 1: Composição dos COMITÊS PCJ



Fonte: Secretaria Executiva dos Comitês PCJ

1.2. Em termos práticos

Mas, o que de prático se discute nos Comitês de Bacias?

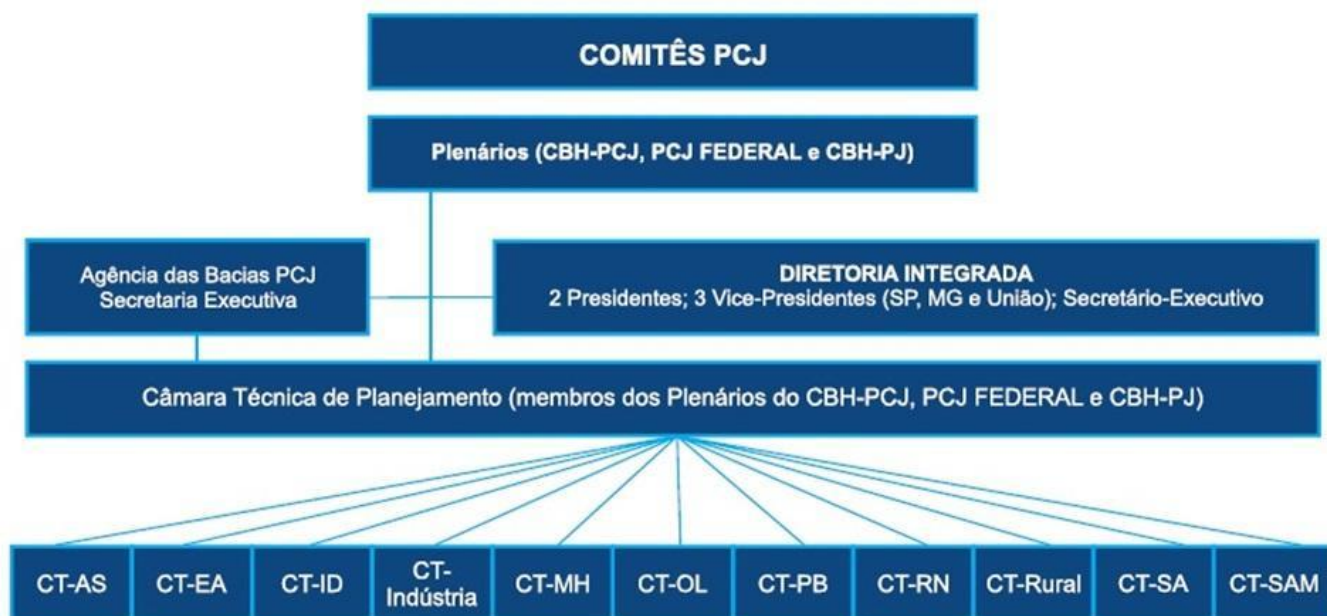
A resposta é: toda e qualquer ação, proposta ou projeto que verse sobre o bom uso, preservação e manutenção de infraestrutura ligada à captação e abastecimento de recursos hídricos. Outro aspecto importante é que participam desses Comitês representantes dos poderes públicos, de usuários de recursos hídricos das bacias hidrográficas e representantes das comunidades.

Os Comitês das Bacias PCJ permitem a descentralização das tomadas de decisões pelos governos federal e estaduais de São Paulo e Minas Gerais; seus membros se reúnem três ou quatro vezes ao ano para discutir e decidir sobre as questões relativas à gestão e aos usos múltiplos dos recursos hídricos na sua área de atuação, além de dar prioridades na aplicação de recursos financeiros oriundos das Cobranças pelo Uso dos Recursos Hídricos e do Fehidro, no estado de São Paulo.

Os Comitês de Bacias não possuem personalidade jurídica, portanto, não têm CNPJ, bens e funcionários, utilizando estruturas físicas e equipe técnica de seus membros (órgãos estaduais, municipais, ONGs etc.) por meio das Câmaras Técnicas. Trata-se de um colegiado com caráter deliberativo e que tem seu Plano de Bacia como o grande instrumento de gestão onde constam as ações a serem executadas, os respectivos custos e prazos.

Os comitês de bacias hidrográficas de rios de domínio da União possuem a seguinte composição: representantes do poder executivo federal, estaduais e municipais (máximo 40%); representantes dos usuários (40%); e representantes de organizações civis (mínimo 20%). A composição dos Comitês de Bacias Hidrográficas de rios de domínio estadual é regulamentada pelas respectivas leis de cada estado. No estado de São Paulo, os Comitês de Bacia são tripartites, sendo: poder executivo estadual (1/3); poderes executivos municipais (1/3) e sociedade civil (1/3). O segmento da sociedade civil é dividido entre os usuários, ONGs, universidades, sindicatos e associações técnicas. Em Minas Gerais, os Comitês de Bacias possuem quatro segmentos com igual número de votos: poder executivo estadual (1/4); poder executivo municipal (1/4); usuários de recursos hídricos (1/4) e organizações civis (1/4). Os Comitês PCJ, por representarem um conjunto de três Comitês de Bacias (CBH-PCJ, PCJ Federal e CBH-PJ) possuem um plenário diferenciado e integrado, decorrente da composição dos plenários de cada um desses Comitês, conforme mostra a Figura 1.

Figura 2: Organograma dos Comitês PCJ



Fonte: Secretaria Executiva dos Comitês PCJ

Nota

Os Comitês PCJ apresentam em sua estrutura, seus respectivos plenários (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ), que trabalham de forma integrada e é a instância máxima deste colegiado para a tomada de decisões sobre a gestão de recursos hídricos nas Bacias PCJ. A diretoria é integrada para os 3 Comitês (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ).

A Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) dos Comitês PCJ, atua como instância preliminar na apreciação de programas de ação, financiamentos e assuntos de interesse regional e na proposição para a priorização de projetos, obras e ações voltados a gestão dos recursos hídricos.

A estrutura dos Comitês PCJ conta com mais 11 Câmaras Técnicas, que subsidiam as decisões dos plenários, em particular os trabalhos das próprias câmaras, grupos técnicos e da secretaria executiva no âmbito das Bacias PCJ.

A Fundação Agência das Bacias PCJ, exerce o papel de Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, fornecendo suporte técnico, administrativo e gestão financeira dos recursos arrecadados com as Cobranças PCJ e Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo - FEHIDRO.

1.3. A Atuação dos Comitês PCJ em 2016

Os Comitês PCJ vêm trabalhando na gestão dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, aperfeiçoando, a cada ano, o conjunto de procedimentos que fornece as diretrizes gerais, subsidiando assim as tomadas de decisões e gerenciando os conflitos dentro de sua unidade hidrográfica.

1.4. As Reuniões dos Comitês PCJ

São realizadas, em média, três reuniões anuais da instância máxima nas Bacias PCJ, que são as chamadas plenárias dos Comitês PCJ. Estas, se configuram como as principais orientadoras para a implantação de um processo decisório participativo a fim de assegurar benefícios para toda a coletividade. Nesses encontros, são deliberadas todas as ações, regras e compromissos que as Câmaras Técnicas, tomadores de recursos, prefeituras, serviços de saneamento, empresas, ONGs e diversos membros da sociedade civil organizada deverão cumprir frente à preservação e conservação dos recursos hídricos da nossa região.

Confira, abaixo, quadro com data e local de realização das duas Reuniões Ordinárias dos Comitês PCJ, realizadas em 2016.

Data	Município
24 de junho	Extrema (MG)
16 de dezembro	Jaguariúna (SP)

Essas reuniões marcaram a análise, aprovação e ratificação de pontos importantes discutidos no âmbito dos Comitês PCJ, que foram:

- Apresentação do Relatório Anual da Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2016 - ano base 2015;
- Definição do cronograma e regras para seleção de empreendimentos de demanda espontânea (projetos municipais sem relação com iniciativas dos Comitês PCJ) visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos do Fehidro e das Cobranças PCJ (Federal, Paulista e Mineira) pelo uso dos recursos hídricos, referentes ao orçamento de 2017;
- Aprovação do Plano de Trabalho e Previsão Orçamentária da Fundação Agência das Bacias PCJ para o exercício 2017;
- Referenda do Parecer Técnico do GT-Empreendimentos sobre o empreendimento “Modernização da Refinaria de Paulínia – REPLAN/PETROBRÁS”, referente aos termos da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº058/06, de 12/12/2006;
- Discussão e manifestação dos Comitês PCJ sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira, em 2016;

- Apreciação da proposta de alteração da classe de qualidade do Rio Jundiá, em determinados trechos, de Classe 4 para Classe 3;
- Alterações na Mesa Diretora, com eleições para substituição do secretário executivo adjunto do CBH-PCJ e do 3º vice-presidente do PCJ FEDERAL.

1.5. Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ

As Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ foram criadas por meio de deliberações específicas dos plenários dos Comitês PCJ para um determinado fim, e são regidas por normas gerais instituídas pelos plenários e por seus respectivos regimentos internos. Atualmente, os Comitês PCJ contam com 12 Câmaras Técnicas, formadas por equipes colegiadas, de caráter consultivo, podendo ser permanentes ou transitórias, compostas por membros representantes de órgãos ou entidades com ou sem participação nos plenários dos Comitês PCJ formalmente indicados.

Contam, ainda, com grupos de trabalho ou grupos de acompanhamento que discutem, analisam, acompanham e consolidam diversos projetos e atividades específicas.

1.5.1. CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO

No âmbito dos Comitês PCJ, foi constituída a Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) que deve acompanhar a realização e o desenvolvimento de estudos e atividades por solicitação dos plenários, e manifestar-se sobre questões de caráter institucional, atuando como instância preliminar dos Comitês PCJ. Também tem o objetivo de promover a integração e articulação das ações das demais Câmaras Técnicas, bem como a de consolidar propostas a serem submetidas aos plenários dos Comitês PCJ, oriundas dessas Câmaras Técnicas.

No ano de 2016, a CT-PL realizou duas reuniões ordinárias e uma reunião extraordinária, em municípios das Bacias PCJ, conforme abaixo:

Data	Reunião	Município
04 de março	63ª Reunião Ordinária	Atibaia (SP)
06 de maio	64ª Reunião Ordinária	Jundiá (SP)
11 de novembro	48ª Reunião Extraordinária	Campinas (SP)

Entres os temas de maior relevância discutidos na CT-PL, estiveram:

- Apreciação de resultados da pré-qualificação dos empreendimentos de demanda espontânea (FEHIDRO e Cobranças PCJ 2016) e análise de recursos sobre o processo do mesmo;
- Apreciação do Parecer Técnico GT-Empreendimentos nº 08/2015 de 09/12/2015, reterratificada em 19/02/2016, sobre o empreendimento: “Modernização da Refinaria de Paulínia –

REPLAN/ PETROBRÁS”, referente aos termos da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº058/06, de 12/12/2006;

- Análise do pedido da CT-Rural dos Comitês PCJ sobre revisão da Portaria nº 761/2014;
- Análise sobre o reenquadramento de trechos do rio Jundiaí, da classe 4 para a classe 3, em atendimento a solicitação da CETESB e de acordo com o Plano de Bacias 2010-2020;
- Recomposição da Comissão Editorial da TV PCJ;
- Apreciação da minuta de deliberação de indicação do representante titular no Conselho Estadual de Saneamento (CONESAN) – Biênio 2016/2018;
- Apreciação da atualização de valores do PAP–PCJ 2016;
- Substituição do Secretário-executivo Adjunto do CBH-PCJ;
- Apreciação da criação da Comissão Eleitoral para renovação dos membros do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari – mandato 2017-2021”;
- Definição de calendário, Edital, procedimentos eleitorais e constituição da Comissão Eleitoral para as eleições do CBH-PCJ e PCJ FEDERAL, para o mandato 2017/2019;
- Substituição e eleição do 3º Vice-presidente do PCJ FEDERAL, para o mandato 2016/2017;
- Apreciação das adequações de Regimentos Interno do CBH-PJ às disposições da Deliberação Normativa CERH Nº 52, de 30 de junho de 2016;
- Definição de cronograma e regras para seleção de empreendimentos de Demanda Espontânea, com recursos das Cobranças PCJ e do FEHIDRO, orçamento de 2017;
- Aprovação do Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – PAP-PCJ para o exercício 2017-2020;
- Apreciação sobre Pagamento pelo Uso dos Recursos Hídricos da SABESP, referente ao período de estiagem;
- Apreciação do plano de trabalho e proposta orçamentária anual da Fundação Agência das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – exercício 2017;
- Aprovação do “Relatório de Situação dos Recursos Hídricos nas Bacias PCJ 2016 – ano base 2015”, “Plano de Ação” e o “Programa de Investimentos para o Quadriênio 2016-2019”;
- Análise da proposta de alteração da classe de qualidade do Rio Jundiaí, em determinados trechos, de Classe 4 para Classe 3.

2.5.1.1. Grupo de Trabalho Empreendimentos – GT-EMPRESAMENTOS

No âmbito da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) foi formado o GT-Empreendimentos, que se reúne mensalmente para coordenar e consolidar a análise dos empreendimentos que são encaminhados aos Comitês PCJ, nos termos da Resolução SMA nº 54, de 30/07/2008, da Deliberação CRH nº 87, de 28/10/2008 do estado de São Paulo, e da Deliberação Normativa CERH nº 031/09, do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do estado de Minas Gerais.

O GT-Empreendimentos é formado pelos coordenadores e coordenadores adjuntos das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, pelo secretário executivo e secretários executivos adjunto dos Comitês PCJ e por convidados, que são: secretarias das Câmaras Técnicas e técnicos da CETESB, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e IGAM (MG), quando se faz necessário.

Os empreendimentos encaminhados para os Comitês PCJ e analisados em 2016 foram:

- Implantação de extração de granito Fazenda Santa Esperança, em Itatiba;
- Corredor de ônibus Intermunicipal Noroeste de Campinas - Lote 02 (Sumaré e Campinas);
- Extração de areia Terraplanagem Paraíso;
- Ampliação da extração de granito EMBU, em Itupeva;

O Grupo também realizou análise das complementações dos estudos do EIA/RIMA do empreendimento “Residencial Quinta das Águas”, “Loteamento Residencial Haras Patente 2”, “Residencial Lago Azul”, “Loteamento Residencial Kaloré”, “Residencial Santo Ângelo” e “Implantação das Barragens Pedreira e Duas Pontes”. Além de analisar o encerramento do atendimento das condicionantes da Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 058/06, de 12/12/2006, referente a “Modernização da Refinaria de Paulínia – REPLAN/Petrobras”.

1.5.2. CÂMARA TÉCNICA ÁGUA SUBTERRÂNEA

A Câmara Técnica de Águas Subterrâneas (CT-AS) foi instituída para promover a coleta, sistematização, armazenamento e divulgação de informações sobre estudos, pesquisas, desenvolvimento tecnológico e trabalhos nas áreas de recursos hídricos subterrâneos, de interesse da região dos Comitês PCJ e a implantação de forma integrada e consensual entre seus membros, de ações emergenciais que visem garantir condições mínimas para a utilização racional das águas subterrâneas, em sua área de atuação.

A CT-AS propõe procedimentos específicos referentes à outorga, à integração de ações de cadastro e fiscalização entre órgãos estaduais, federais, municipais e iniciativa privada e também propõe aos Comitês PCJ ações a serem incluídas no Plano das Bacias PCJ referente às águas subterrâneas. Em 2016, a CT-AS realizou quatro reuniões, sendo:

Data	Reunião	Município
21 de janeiro	43ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
07 de abril	44ª Reunião Ordinária	Jaguariúna (SP)
30 de junho	45ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
27 de outubro	46ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)

Entre os temas discutidos pela CT-AS estiveram a identificação de Áreas de Restrição e Controle quanto à Captação e Uso de Águas Subterrâneas (ARCs) nas Bacias PCJ; discussão quanto a elaboração de estudos hidrogeológicos para delimitação de áreas de restrição e controle nas

bacias do PCJ; como também a construção do Termo de Referência para a contratação do Plano de Monitoramento Quali-Quantitativo das Águas Subterrâneas das Bacias PCJ.

1.5.3. CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) foi constituída para a proposição, divulgação, assistência na consolidação e implementação de uma Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ, bem como para a divulgação das ações decorrentes de sua aplicação nos diversos segmentos da sociedade.

A CT-EA, também, subsidia os Comitês PCJ para a tomada de decisões e na elaboração do Plano de Bacias e do Relatório de Situação dos Comitês PCJ com relação à temática.

No ano de 2016, a CT-EA realizou seis reuniões, sendo:

Data	Reunião	Município
16 de fevereiro	75ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)
19 de abril	76ª Reunião Ordinária	Sumaré (SP)
21 de junho	77ª Reunião Ordinária	Bragança Paulista (SP)
16 de agosto	78ª Reunião Ordinária	Itatiba (SP)
18 de outubro	79ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
13 de dezembro	80ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)

Os principais temas discutidos no âmbito da CT-EA foram a realização do projeto Gota d'água em parceria com o Consórcio PCJ; a criação de uma comissão para acompanhamento do processo de edição final do livro “A história contada por nós mesmos”; a análise do Programa de Educação do empreendimento “Loteamento Quinta das Águas”; como o planejamento para realização do Caderno de Educação Ambiental, dentro do Processo de Revisão do Plano de Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí.

A Câmara técnica de Educação Ambiental também realizou eventos denominados “Encontro sobre recursos hídricos” em parceria com o Consórcio PCJ, e fomentou discussões sobre a proposta de alterações na Lei 9.433/97 (Política Nacional de Recursos Hídricos) e sobre a revisão da Política Estadual de RH.

1.5.4. CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO E DIFUSÃO DE PESQUISAS E TECNOLOGIAS

A Câmara Técnica de Integração e Difusão de Pesquisas e Tecnologias (CT-ID) integra projetos a ações tecnológicas e científicas desenvolvidas no âmbito das diversas entidades, com o objetivo de implantar mecanismos de consulta e acompanhamento de atividades realizadas pela comunidade científica e pelo poder público, assessorando os Comitês PCJ nas questões relativas à

tecnologia, aperfeiçoamento de recursos humanos, divulgação e comunicação social. Em 2016, a CT-ID realizou cinco reuniões, sendo:

Data	Reunião	Município
16 de março	70ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
20 de abril	71ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
20 de julho	72 Reunião Ordinária	Campinas (SP)
17 de agosto	73ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
de dezembro	74ª Reunião Ordinária	?

Nessas reuniões, foram discutidos temas no contexto de trabalho da CT-ID, acompanhamento das atividades relacionadas ao projeto Ecocuenas, além do planejamento para o II Seminário “Inovações Tecnológicas e Pesquisas Aplicadas à Gestão de Bacias Hidrográficas”.

1.5.5. CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NA INDÚSTRIA

A Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água na Indústria (CT-Indústria) foi criada para auxiliar na consolidação, avaliação e acompanhamento da implementação da política para o uso consciente dos recursos hídricos no âmbito industrial.

A CT-Indústria auxilia na divulgação dessa política e nas ações decorrentes de sua aplicação nos diversos segmentos da sociedade, além de estudar e promover discussões sobre o uso sustentável dos recursos hídricos na indústria. Propõe diretrizes e ações conjuntas para promover a integração entre indústrias e outras Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, a fim de otimizar a criação de projetos e a tomada de decisão na elaboração dos Planos de Bacias e dos Relatórios de Situação dos Comitês PCJ.

No ano de 2016, a CT- Indústria realizou seis reuniões e uma conjunta, como demonstrado a seguir:

Data	Reunião	Município
20 de janeiro	52ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
16 de março	53ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
03 de maio	Reunião Conjunta CT-OL, CT-IND, CT-PB e CT-SA	Jundiaí (SP)
18 de maio	54ª Reunião Ordinária	Atibaia (SP)
20 de julho	55ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
21 de setembro	56ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
23 de novembro	57ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)

As reuniões da CT-Indústria, no ano de 2016, tiveram foco em ações como o acompanhamento sobre o processo de renovação da outorga do Sistema Cantareira; discussão sobre o reuso de água considerando o balanço hídrico da bacia; redefinição das atribuições da Câmara Técnica; elaboração de Plano de Trabalho para o biênio 2015-2017; discussão sobre estudo de viabilidade para a captação de águas subterrâneas; além de desenvolvimento de seminário sobre o PTA nº 01 (projeto de implantação de medidas para adequação de ETEs Industriais).

Visando orientar os usuários de recursos hídricos das Bacias PCJ no período de estiagem, a CT-Indústria, juntamente ao CIESP Campinas organizaram a Oficina “Pegada Hídrica”, que aconteceu em 11 de setembro, na sede do CIESP – Regional Campinas.

1.5.6. CÂMARA TÉCNICA DE MONITORAMENTO HIDROLÓGICO

A Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) tem como fundamentos a coleta e análise de dados referentes à quantidade e qualidade das águas, depósitos hidrométricos existentes ou que venham a se instalar nas Bacias PCJ, acompanhando estudos, obras e ações relacionadas com a ampliação, modernização e integração da rede de monitoramento hidrológico na área de atuação dos Comitês PCJ.

Uma de suas atribuições é a discussão e proposição de ações aos seus membros visando definir regras operativas, adequações técnicas, execução de obras e implementação de medidas preventivas e corretivas para a operação e manutenção de reservatórios, captação de água e efluentes líquidos, e fornecimento de subsídios com dados de quantidade, qualidade de água e operação de obras hidráulicas, que servirão como base para projetos dos Comitês PCJ. Em 2016, foram realizadas 12 reuniões pela CT-MH, como segue:

Data	Reunião	Município
29 de janeiro	153ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
29 de fevereiro	154ª Reunião Ordinária	Piracaia (SP)
30 de março	155ª Reunião Ordinária	Jaguariúna (SP)
29 de abril	156ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
31 de maio	157ª Reunião Ordinária	Atibaia (SP)
30 de junho	158ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
01 de agosto	159ª Reunião Ordinária	Paulínia (SP)
31 de agosto	160ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
30 de setembro	161ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
31 de outubro	162ª Reunião Ordinária	Paulínia (SP)
30 de novembro	163ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)
29 de dezembro	164ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)

Vale ressaltar que, em virtude dos comunicados conjuntos ANA/DAEE que dispuseram sobre as vazões limites dos reservatórios do Sistema Cantareira, os encontros do GT-Cantareira ocorreram conjuntamente com as reuniões da CT-MH.

As reuniões da CT-MH foram pautadas pela situação dos mananciais do Sistema Cantareira, informações dos usuários e pelas condições hidrometeorológicas conferidas mediante verificações mensais da rede telemétrica, das condições climáticas, perspectivas e tendências.

A CT-MH discutiu projetos e criou grupos específicos para seu acompanhamento nos seguintes assuntos: indução de chuvas nas Bacias PCJ a jusante do Sistema Cantareira; desassoreamento do Rio Cachoeira, em Piracaia; e o sistema adutor.

Além disso, a câmara técnica criou o GT-Plano de Bacias, para acompanhamento e debate sobre a atualização do Plano de Bacias PCJ; apresentou boletins bimestrais de monitoramento da CETESB nos corpos hídricos das Bacias PCJ; criou o GT-Qualidade para buscar a implantação de uma rede de pontos telemétricos de qualidade da água e elencar os parâmetros a serem monitorados; abriu espaço para apresentação de iniciativas em projetos; acompanhou as discussões do GT-Renovação da CT-PL, e realizou apresentação sobre tempos de trânsito nas Bacias PCJ.

1.5.7. CÂMARA TÉCNICA DE OUTORGAS E LICENÇAS

A Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) foi instituída para manifestar sobre propostas ou questões específicas nos seguintes assuntos: reenquadramento de corpos d'água; regulamentação de Áreas de Proteção Ambiental - APAs; questões de uso do solo e planejamento regional; aproveitamento múltiplo dos recursos hídricos; e conflitos de uso de recursos hídricos.

A CT-OL deve efetuar diagnósticos, análises e proposição de critérios e procedimentos no que se refere a outorgas e licenças, com o objetivo de racionalizar os procedimentos para a emissão, pelos órgãos competentes, de outorga para o uso da água e licenciamento ambiental, integrar os procedimentos dos órgãos competentes na emissão de outorgas e licenças visando agilizar os processos e benefícios aos usuários de recursos hídricos e definir critérios técnicos para constar do Plano das Bacias PCJ.

Na CT-OL, realizaram-se sete reuniões ao longo do ano de 2016:

Data	Reunião	Município
15 de janeiro	59ª Reunião Ordinária	Vargem (SP)
18 de março	60ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)
03 de maio	8ª Reunião Extraordinária	Jundiaí (SP)
20 de maio	61ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)
22 de julho	62ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
16 de setembro	63ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
18 de novembro	64ª Reunião Ordinária	Americana (SP)

A atuação da CT-OL destacou-se na apreciação e discussão do reenquadramento de trechos no Rio Jundiaí, de classe 4 para classe 3. Dentro desse tema, a câmara realizou a 8ª Reunião Extraordinária com CT-SA, CT-Indústria e CT-PB para apresentação das propostas, criou grupo específico para relatoria do Rio Jundiaí, além de dialogar posteriormente com as câmaras técnicas mencionadas, para finalização do documento.

Em seu âmbito, a CT-OL acompanhou os trabalhos e resultados dos grupos técnicos de Enquadramento, de Usos Insignificantes e de Mudanças Climáticas.

A CT-OL também discutiu os seguintes temas: Portaria DAEE 761/2015, que estabelece as condições e os procedimentos a serem adotados pelos usuários de recursos hídricos superficiais; Portaria DAEE 2292, que dispõe sobre usos de recursos hídricos isentos de outorga e cobrança pelo uso da água;

Além disso, a câmara técnica abriu espaço para apresentações como: iniciativa para redução de água pela agricultura irrigada no estado de São Paulo; informações sobre desbarrancamento do Rio Jundiaí; recursos financeiros do Plano de Aplicação Plurianual – PAP-PCJ/2017-2020, visando à efetivação do enquadramento dos corpos d'água e o cadastro e as outorgas no meio rural; tipos de medidores de vazão, em atendimento à Portaria DAEE 2292; experiência no curso de manejo e projeto de irrigação.

1.5.8. CÂMARA TÉCNICA DE PLANO DE BACIAS

A Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) foi criada para acompanhar a implementação dos programas e ações de investimentos previstos no Plano de Bacias. Entre seu arcabouço de atividades, encontram-se a discussão de fomento de investimentos voltados ao controle do uso e da ocupação do solo; proposição de critérios para priorização de investimentos; busca de incentivo para os programas de comunicação e sensibilização da importância do Plano de Bacias; e o estabelecimento de instrumentos de integração dos municípios, visando o cumprimento das metas.

A CT-PB ainda é responsável por avaliar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano, analisar e propor a readequação de prioridades e revisão periódica do Plano de Bacias; incentivar a criação de modelo unificado de informações; acompanhar e avaliar a elaboração de Relatórios de Situação dos Recursos Hídricos das Bacias PCJ; estudar, discutir e promover discussões, avaliar e propor diretrizes, critérios e valores para a revisão e aplicação da cobrança pelo uso dos recursos hídricos; e propor diretrizes e fomentar ações conjuntas para a integração e otimização de procedimentos entre as instituições vinculadas à gestão dos recursos hídricos e à cobrança pelo uso dos recursos hídricos.

Na CT-PB, foram realizadas cinco reuniões ordinárias e uma conjunta ao longo do ano de 2016:

Data	Reunião	Município
24 de fevereiro	65ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
27 de abril	66ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)
03 de maio	Reunião Conjunta CT-OL, CT-IND, CT-PB e CT-SA	Jundiaí (SP)

08 de setembro	67ª Reunião Ordinária	Indaiatuba (SP)
26 de outubro	68ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)
14 de dezembro	69ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)

Nesse período, pautaram-se os seguintes assuntos: esclarecimentos sobre a parceria entre a Agência das Bacias PCJ e o Office International de l'Eau, para desenvolvimento da ação EcoCuencas; apresentação do Atlas Despoluição, pelo Superintendente de Planejamento de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas; aprovação do Plano de Aplicação Plurianual – PAP-PCJ 2013-2016 e atualização de valores; acompanhamento das reuniões do GT Rede de Qualidade da CT-MH; apreciação do Relatório de Situação 2016.

Sobre os trabalhos da câmara técnica ressalta-se a Revisão do Plano de Bacias, qual é acompanhado no GT-Acompanhamento e foi discutido um plano de trabalho sobre a revisão, dentro da CT-PB.

A CT-PB ainda gerencia as ações de seus Grupos de Trabalho, que são: GT-Acompanhamento; GT- Articulação Institucional e GT- Cobrança, que realizaram duas reuniões no ano de 2016. No âmbito dos trabalhos dos GTs especificados, foram discutidas: Cobrança no Meio Rural; Plano de Trabalho da Revisão do Plano de Bacia; acompanhamento do Projeto de Desenvolvimento do Sistema de Cobrança das Bacias PCJ; discussão da Revisão das Políticas Estadual e Federal de Recursos Hídricos sobre a cobrança dos recursos hídricos; acompanhamento do desenvolvimento dos Estudos das Políticas Municipais de Recursos Hídricos; Poluição Difusa; Lodo de ETAs e ETEs; Rede de monitoramento; e acompanhamento do Plano de Trabalho da Agência PCJ.

1.5.9. CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

A Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN) tem como atribuições as análises e manifestações sobre propostas ou questões específicas que interfiram nos seguintes assuntos: conservação e proteção do solo, desenvolvimento florestal, incluindo matas ciliares, conservação e proteção dos recursos hídricos quanto aos efeitos nocivos da erosão do solo rural e poluição agrícola e proteção de mananciais de abastecimento público. As seis reuniões realizadas pela CT-RN, em 2016, foram:

Data	Reunião	Município
13 de janeiro	67ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)
09 de março	68ª Reunião Ordinária	Nova Odessa (SP)
11 de maio	69ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
13 de julho	70ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
14 de setembro	71ª Reunião Ordinária	Jaguariúna (SP)
09 de novembro	72ª Reunião Ordinária	Piracicaba (SP)

Nas reuniões da CT-RN, foram discutidos, entre outros assuntos, a participação e apresentação das discussões da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da cidade de São Paulo (RBCV); apreciação dos trabalhos realizados pelo GT-Áreas Protegidas; barragens e bacias de contenção, como a restauração ecológica de áreas degradadas; formalização da criação do GT-Mananciais conjuntamente com a CT-Rural; apresentação do Programa Nascentes da Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo (SMA); destaque de iniciativas em projetos de recuperação de mananciais; aprovação das "Ações de incentivo e capacitação à conservação e proteção dos corpos d'água", desenvolvida em parceria Consórcio PCJ com a Petrobrás/Replan, vinculadas a outorga da empresa; respostas referentes ao Inquérito Civil nº 211/20 14, GAEMA-PCJ, sobre as causas da poluição na Represa de Salto Grande.

Além disso ocorreram as seguintes apresentações: "Inquérito civil para determinação das causas da poluição do Rio Capivari"; "Balanço final do Cadastro Ambiental Rural - CAR"; "Levantamento em andamento da Rede de Áreas Protegidas das Bacias PCJ"; "Resolução SMA nº 32/2016 – Restauração Ecológica"; "Ictiofauna"; "Uso de macroinvertebrados aquáticos no monitoramento de qualidade da água"; "Planos de pesquisas e resultados preliminares sobre alguns aspectos quali-quantitativos dos recursos hídricos na bacia do Rio Jaguari"; "Demonstração dos bentônicos"; "Monitoramento fluviométrico e identificação da fauna aquática da área de proteção (APA) de Campinas"; "A sustentabilidade na história da pesca do Rio Piracicaba"; "A influência das barreiras ecológicas sobre a ictiofauna da Bacia do Rio Corumbataí".

1.5.10. CÂMARA TÉCNICA DE USO E CONSERVAÇÃO DA ÁGUA NO MEIO RURAL

A Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) foi criada para propor uma política para uso e conservação da água no meio rural para os Comitês PCJ e auxiliar na consolidação, avaliação, acompanhamento e divulgação da implementação dessa Política.

A CT-Rural deve, também, estudar e promover discussões sobre o uso sustentável dos recursos hídricos no meio rural; propor diretrizes e ações conjuntas e promover a integração e a otimização de procedimentos, entre as instituições que atuam no meio rural, visando à preservação, conservação e uso sustentável dos recursos hídricos; interagir com as outras Câmaras Técnicas, a fim de subsidiar os Comitês PCJ para a tomada de decisões nas Bacias PCJ. No ano de 2016 a CT-Rural realizou onze reuniões, sendo:

Data	Reunião	Município
12 de fevereiro	103ª Reunião Ordinária	Itu (SP)
11 de março	104ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
08 de abril	105ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)
13 de maio	106ª Reunião Ordinária	São Pedro (SP)
10 de junho	107ª Reunião Ordinária	Indaiatuba (SP)
21 de julho	108ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)

19 de agosto	109ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
09 de setembro	110ª Reunião Ordinária	Nova Odessa (SP)
14 de outubro	111ª Reunião Ordinária	Campinas (SP)
25 de novembro	112ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
14 de dezembro	113ª Reunião Ordinária	Bragança Paulista (SP)

A Câmara Técnica realizou atividades em 2016, tais como a formalização da criação do GT-Mananciais em conjunto com a CT-RN; apresentação de experiências sobre sistemas de tratamento de águas residuárias; discussão sobre o tema “Mídias Sociais e os Objetivos da Comunicação”; apreciação de iniciativas para a elaboração de projeto executivo para recuperação de microbacias, assim como de reflorestamento ciliar e de nascentes em sub-bacias; apresentação e debate sobre a Portaria DAEE 2.292, qual foi reti-ratificada em 19/04/2016; .

No âmbito da CT-Rural, houve também a realização de apresentações sobre os seguintes temas: “Conjuntura da Irrigação no Cenário atual”; “Organização no Campo: diferença entre Cooperativas e Associações”; “Diálogos sobre novo código florestal e restauração ecológica”; “Programa Nascentes”; “Programa de Modernização da Irrigação”; “Informações sobre o Decreto nº 62.021, de 14 de junho de 2016”; “Uso eficiente da água na agricultura irrigada”; “Plano ABC Paulista”; “Seguro Agrícola”; “A experiência da Unicamp em parceria com o Comitê PCJ no tratamento de esgotos em comunidades rurais”.

1.5.11. CÂMARA TÉCNICA DE SANEAMENTO

A Câmara Técnica de Saneamento (CT-SA) tem como objetivo apoiar os Comitês PCJ nas ações pertinentes às Políticas Estaduais e Federal de Saneamento, em especial, discutir e propor Planos Regionais de Saneamento Ambiental para integrar o Plano de Saneamento e suas atualizações. Também objetiva promover estudos, divulgação e debates a respeito de programas prioritários de ações, serviços e obras a serem realizadas no interesse da coletividade. Pela CT-SA, foram realizadas cinco reuniões ordinárias, duas extraordinárias e uma reunião conjunta, conforme segue:

Data	Reunião	Município
14 de janeiro	71ª Reunião Ordinária	Americana (SP)
18 de fevereiro	12ª Reunião Extraordinária	Piracicaba (SP)
03 de maio	Reunião Conjunta CT-OL, CT-IND, CT-PB e CT-SA	Jundiaí (SP)
12 de maio	72ª Reunião Ordinária	Jundiaí (SP)
18 de agosto	73ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
22 de setembro	74ª Reunião Ordinária	Limeira (SP)
06 de outubro	13ª Reunião Extraordinária	Limeira (SP)

A atuação da CT-SA destaca-se com a realização de 52 análises de pré-qualificação dos empreendimentos de demanda espontânea – inscritos para obtenção de financiamento com recursos de 2016, das Cobranças PCJ e FEHIDRO. Além disso, a Câmara Técnica discutiu a elaboração de indicador de padronização de perdas de água para o sistema de abastecimento público de água nas Bacias PCJ, analisando dados do Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento sobre a região.

No âmbito da CT-SA, também foram realizadas as seguintes atividades: apresentação da proposta de reenquadramento de trechos do Rio Jundiá; discussão sobre a apresentação “Mídias Sociais e os Objetivos da Comunicação”; apresentação sobre a evolução do tratamento de esgotos e do tratamento de água; discussão para a criação do “Semáforo de Priorização das Ações da CT-SA”; análise do empreendimento “Loteamento Haras Patente” e de suas complementações; acompanhamento dos trabalhos do GT-Água; apresentação sobre planejamento de saneamento rural; análise das complementações do empreendimento “Extração de granito ornamental”, sob responsabilidade da empresa Fazenda Santa Esperança; discussão sobre o Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) 2017-2020; e abertura para relato dos membros da CT-SA que participaram do Curso sobre Cargas Perigosas, realizado nos dias 09 e 10/11/16.

A Câmara Técnica também divulgou em suas reuniões a página da Agência das Bacias PCJ sobre editais para tomada de recursos financeiros para projetos, e a realização de eventos sobre a área de saneamento.

1.5.12. CÂMARA TÉCNICA DE SAÚDE AMBIENTAL

A Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) foi instituída para colaborar e fomentar a implementação de ações de melhoria e recuperação dos corpos d'água e da água tratada, visando melhorar a saúde ambiental e humana; implementar programas e projetos na área dos Comitês PCJ, em parceria com instituições de ensino e pesquisa; desenvolvimento de novas metodologias e processos aplicados aos estudos dos mananciais e de tratamento de água; e identificar riscos referentes a doenças transmitidas através da água contaminada, entre outros temas relacionados.

Também auxilia na implementação de novas legislações e revisões e na implementação de laboratórios e centros de referências para controle e vigilância da qualidade da água. Ainda nesse contexto, acompanha ações de monitoramento microbiológico nos corpos hídricos na área de atuação dos Comitês PCJ e atua como fórum de discussões para questões globais, subsidiando os Comitês PCJ na tomada de decisões. Em 2016, a CT-SAM promoveu as seguintes reuniões:

Data	Reunião	Município
16 de fevereiro	62ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
05 de abril	63ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
07 de junho	64ª Reunião Ordinária	Jundiá (SP)

17 de agosto	65ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
04 de outubro	66ª Reunião Ordinária	Rio Claro (SP)
06 de dezembro	67ª Reunião Ordinária	Americana (SP)

A Câmara Técnica de Saúde Ambiental realizou a divisão de grupos técnicos para fomentar discussões sobre os termos da futura Política de Saúde Ambiental para as Bacias PCJ, sendo os temas focados em: “Avaliação em Saúde Ambiental voltada aos Recursos hídricos e Índice de Salubridade Ambiental”; “Melhoria nas condições das ETAS, laboratórios, Treinamentos e capacitações para Técnicos das ETAs, ETEs, Secretarias Municipais de Meio ambiente e Saúde, e Etc”; e “Condições de Tratabilidade da água – Projeto PCJ./ Condições dos efluentes de ETE/ Lodo de ETA, Plano de Segurança da Água”. Além disso, a CT-SAM também discutiu a Proposta Monitoramento por trechos de rios na Bacia PCJ, e analisou as complementações dos EIAs/RIMAs das Barragens de Pedreira e Duas Pontes, e do Loteamento “ Entre Verdes”.

Em suas reuniões, a CT-SAM realizou apresentações também, quais foram: “Análise do Índice de Qualidade de Água (IQA) e os fatores impactantes negativos e positivos dos Rios Jaguari e Atibaia no município de Paulínia-SP”; “A Caracterização da Bacia do Rio Capivari – Nota Técnica sobre o estudo da poluição da calha do Rio Capivari”; “Protocolo de recomendações sobre pontos importantes a serem inseridos no licenciamento ambiental especialmente de empreendimentos habitacionais (Monitoramento do carrapato estrela)”; “Gestão da Qualidade em Recursos Hídricos”; “Projeto de avaliação das condições físicas, químicas, microbiológicas e toxicológicas de recursos hídricos diretamente envolvidos com a formação do Rio Piracicaba e Levantamento dos parâmetros preponderantes que afetam seus IQAs”; “Plano de Segurança da Água”; “Qualidade da Água na Barragem de Salto Grande - Providências do Ministério Público em andamento”; “Plano de Segurança da Água – Parceria entre CT-SAM e FUNASA e apoio da UNESP”, “PAP – Plano de Aplicação Plurianual - 2017-2020” e “Produtos da Reunião do Grupo Técnico de Trabalho – GT–Índice de Saúde Ambiental”.

Tabela 1: Relação de Câmaras Técnicas (CTs), entidades participantes e membros: comparativo entre as gestões 2013/2015 e 2015/2017

Câmaras Técnicas	Entidades	Membros	Entidades	Membros
	2013/2015		2015/2017*	
CT-AS	31	68	29	62
CT-EA	57	141	40	103
CT-ID	17	29	17	33
CT-INDÚSTRIA	17	35	26	56
CT-MH	32	80	32	86
CT-OL	31	74	34	102
CT-PB	33	74	29	67
CT-RN	42	92	38	90
CT-RURAL	42	83	45	92
CT-SA	35	75	25	64
CT-SAM	29	63	23	51

*Atualizado com dados de final de 2016.

Tabela 2: Quantidade de membros e entidades participantes nas Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ

Gestão 2013-2015		Gestão 2015-2017*	
Entidades	Membros	Entidades	Membros
163	614	165	614

*Atualizado com dados de final de 2016.

A Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), cuja função principal é integrar e articular as ações das demais Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, é formada por entidades e membros eleitos e participantes do Plenário dos Comitês PCJ, sendo que os números de participações na CT-PL não foram incluídos nas Tabelas 1 e 2.

Ressaltamos que a expressiva participação de entidades, em 2016, ocorreu em função do trabalho desenvolvido pelos Comitês PCJ ao longo de 20 anos de atividades realizadas com credibilidade e respeito. Os Comitês PCJ têm mantido um relacionamento sério com as entidades parceiras, fato que alavancou novas entidades a participarem de seu plenário.

Atentamos, para o fato de que as participações de entidades e membros do CBH PJ estão contabilizadas nos biênios informados, porém, devido a legislação mineira, os mandatos se renovam a cada quatro anos.

Gráfico 1 – Membros das Câmaras Técnicas por gênero – gestão 2015/2017

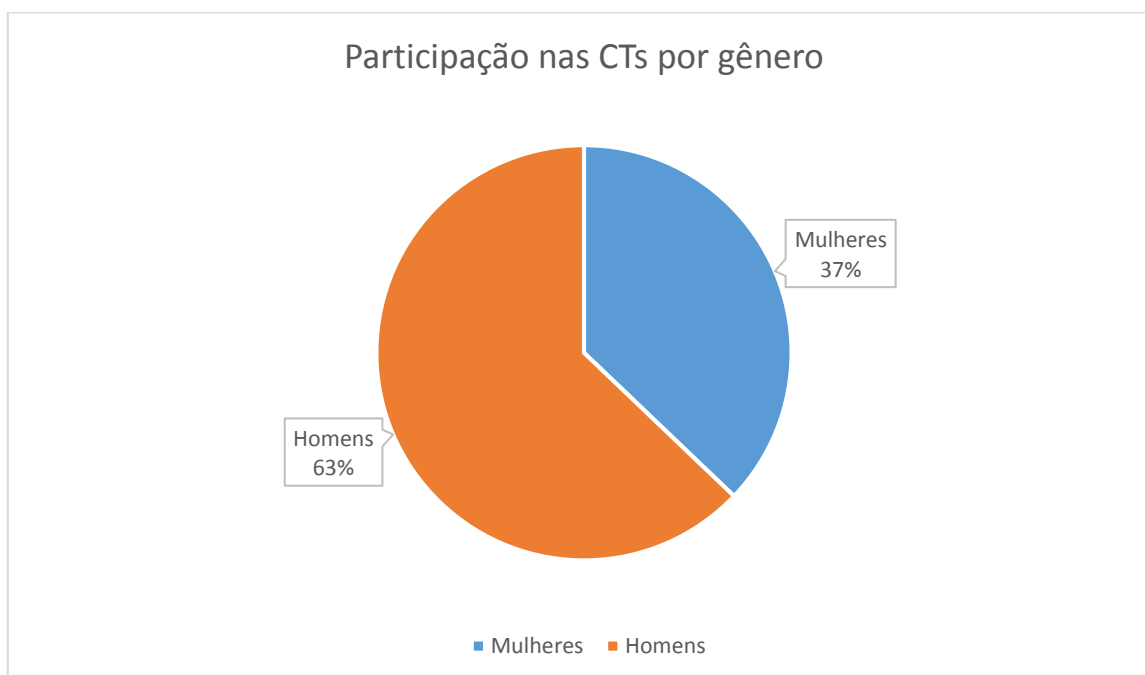
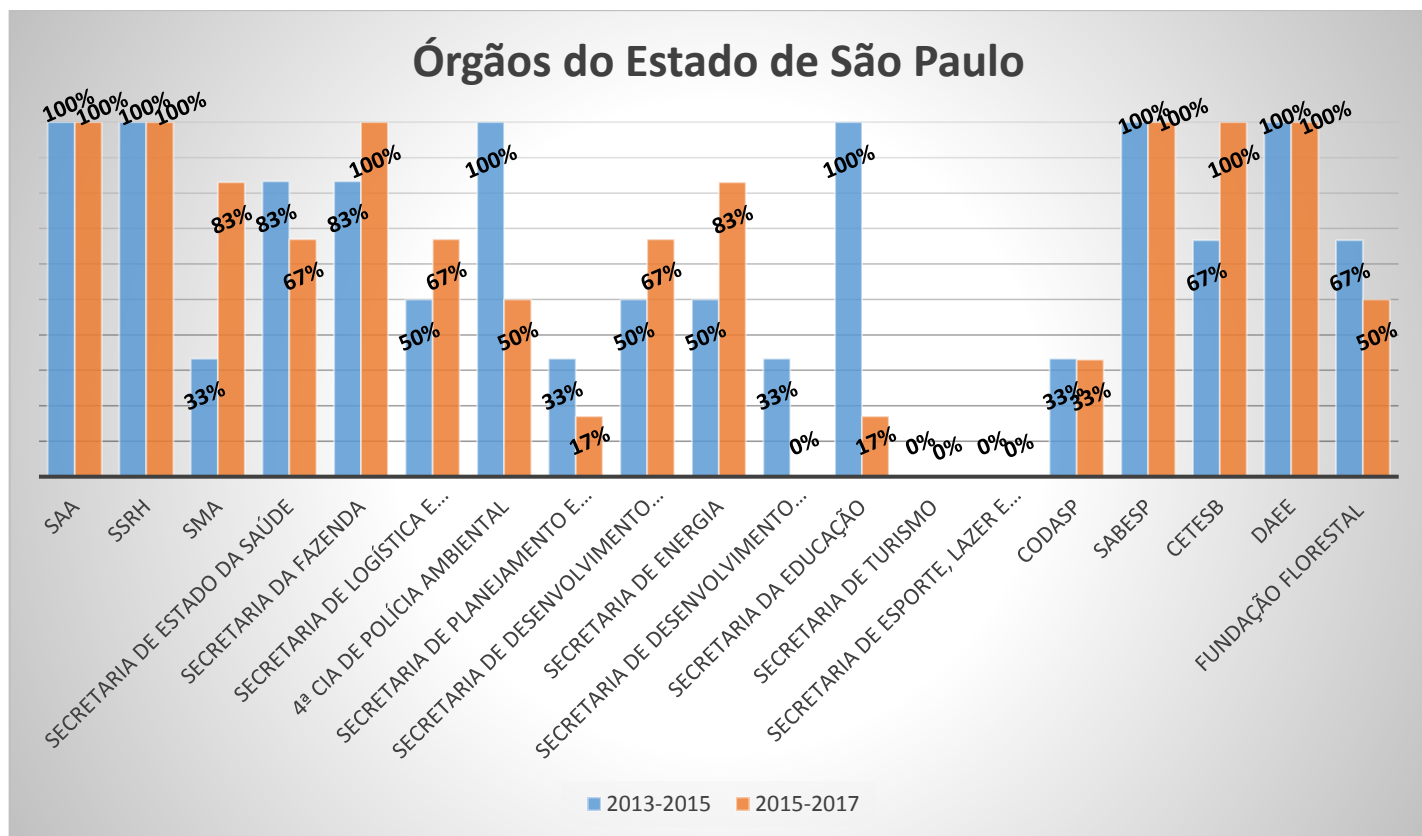


Gráfico 2: Percentual de participação por segmentos nas Gestões 2013/2015 e 2015/2017

Gráfico 2.1. - Órgãos do Estado de São Paulo



Nota

Comparativo de participações nos plenários dos Comitês PCI nos mandatos 2013/2015 e 2015/2017 pelo segmento órgãos de governo paulista. No mandato de 2015-2017 podemos observar um acréscimo na participação de algumas secretarias.

Tabela 3 – Órgão do Estado de São Paulo – Gestão 2015/2017

Vaga	MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE
01	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento	Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento
02	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos	Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
03	Secretaria de Estado do Meio Ambiente	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
04	Secretaria de Estado da Saúde	Secretaria de Estado da Saúde
05	Secretaria de Estado da Fazenda	Secretaria de Estado da Fazenda
06	Secretaria de Logística e Transportes	Secretaria de Logística e Transportes
07	Secretaria de Estado da Segurança Pública – 4ª Companhia de Polícia Ambiental	Secretaria de Estado da Segurança Pública – 4ª Companhia de Polícia Ambiental

08	Secretaria de Planejamento e Gestão	Secretaria de Planejamento e Gestão
09	Secretaria de Desenvolvimento Social	Secretaria de Desenvolvimento Social
10	Secretaria de Estado de Energia	Secretaria de Estado de Energia
11	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia	Secretaria de Estado da Educação
12	Secretaria de Estado do Turismo	Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude
13	Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - CODASP	Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo - CODASP
14	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP
15	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB	Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB
16	Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE	Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE
17	Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo	Fundação para a Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo

Gráfico 2.2. - Organizações Civas



Nota

Comparativo de participações nos plenários dos Comitês PCJ referentes aos mandatos 2013/2015 e 2015/2017 pelo segmento organização civil (paulistas e mineiros) nota-se um leve decréscimo na participação do mandato 2015-2017. Porém, verifica-se a ausência do setor universidades, institutos de ensino superior e entidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de caráter público. Ressaltamos que houve uma alteração na denominação deste setor para o de segmentos de órgãos de governo e a ausência de indicação dos mesmos nos Plenários dos Comitês PCJ. Destacamos também que no segmento entidades ambientalistas houve apenas a indicação para duas vagas. Dessa forma as vagas destinadas aos mesmos foram preenchidas nos termos do Anexo I da Deliberação Comitês PCJ nº 205/14, 08/08/2014.

Tabela 4 – Organizações Civas – Gestão 2013/2015

I - UNIVERSIDADES, INSTITUTOS DE ENSINO SUPERIOR E ENTIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, PRIVADOS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba	UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba	SP	X	X

II - SINDICATOS DE TRABALHADORES, ASSOCIAÇÕES TÉCNICAS NÃO-GOVERNAMENTAIS E COMUNITÁRIAS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Associação do Rotary Club - Rotary Internacional - D4590	Fórum das Américas	SP	X	X
2	ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental	Associação dos Engenheiros de Jundiá	SP	X	X
3	Associação de Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos da Região de Amparo	AAEAAN - Associação de Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos de Artur Nogueira	SP	X	X

III - ENTIDADES AMBIENTALISTAS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	FLORESPI - Associação de Recuperação Florestal da Bacia do Rio Piracicaba e Região	IPSA - Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí	SP	X	X
2	Fórum Permanente das Entidades que exercem atividades ambientais nas bacias dos rios PCJ	Elo Ambiental	SP	X	X

3	Elo Ambiental	FLORESPI - Associação de Recuperação Florestal da Bacia do Rio Piracicaba e Região	SP	X	X
4	IPSA - Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí	Fórum Permanente das Entidades que exercem atividades ambientais nas bacias dos rios PCJ	SP	X	X

IV – CONSÓRCIOS E ASSOCIAÇÕES INTERMUNICIPAIS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Consórcio PCJ	Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – Consórcio PCJ	SP	X	X

V – ORGANIZAÇÕES CIVIS VOLTADAS À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE OU GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA E JAGUARI

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
1	Associação dos Atrativos do Salto	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES	MG	X	X
2	Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana – BLOSS	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais – SINDAGUA.	MG	X	
3	Associação Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais - Brasil	Associação Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais - Brasil	MG	X	

Tabela 5 – Organizações Civis – Gestão 2015/2017

I - SINDICATOS DE TRABALHADORES, ASSOCIAÇÕES TÉCNICAS NÃO-GOVERNAMENTAIS E COMUNITÁRIAS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	AESABESP – Associação dos Engenheiros da SABESP	Associação do Rotary Club - Rotary Internacional - D4590	SP	X	X
2	Associação do Rotary Club - Rotary Internacional - D4590	AESABESP – Associação dos Engenheiros da SABESP	SP	X	X
3	Associação do Rotary Club - Rotary Internacional - D4590	Fórum das Américas	SP	X	X
4	AEJ - Associação dos Engenheiros de Jundiá	AESABESP – Associação dos Engenheiros da SABESP	SP	X	X
5	ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental	AEAN - Associação de Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos de Artur Nogueira	SP	X	X

6	Fórum das Américas	AAEAA - Associação de Arquitetos, Engenheiros e Agrônomos da Região de Amparo	SP	X	X
---	--------------------	---	----	---	---

II - ENTIDADES AMBIENTALISTAS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	IPSA - Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí	INEVAT – Instituto Estudos Vale do Tietê	SP	X	X
2	INEVAT – Instituto Estudos Vale do Tietê	IPSA - Instituto de Proteção Sócio Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí	SP	X	X

III – CONSÓRCIOS E ASSOCIAÇÕES INTERMUNICIPAIS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí – Consórcio PCJ	Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai – Consórcio Pirai	SP	X	X

IV – ORGANIZAÇÕES CIVIS VOLTADAS À PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE OU GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA E JAGUARI

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
1	Associação dos Atrativos do Salto	Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES	MG	X	X
2	Associação de Agricultura Orgânica e Biodinâmica Serras de Santana - BLOSS	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais – SINDAGUA.	MG	X	
3	Associação Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais - Brasil	Associação Circuito Serras Verdes do Sul de Minas Gerais - Brasil	MG	X	

Gráfico 2.3. – Usuários de Recursos Hídricos



Nota

Neste gráfico é apresentada a participação do segmento usuários de recursos hídricos (paulistas e mineiros) nos plenários dos Comitês PCJ, nos mandatos 2013/2015 e 2015/2017. Verifica-se uma participação do referido segmento na gestão 2015/2017 que ocorreu de forma contínua, ou seja, sem alterações significativas, nos plenários dos Comitês PCJ. Porém, verifica-se a ausência do setor hidroviário, turismo, lazer, pesca e outros usos não consuntivos no mandato 2013-2015, e do setor hidroeletricidade no biênio 2015-2017. Ressaltamos que as vagas destinadas aos mesmos foram preenchidas nos termos do Anexo I da Deliberação Comitês PCJ nº 205/14, 08/08/2014.

Tabela 7 – Usuários de Recursos Hídricos – Gestão 2013/2015

I – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E LANÇAMENTO DE EFLUENTES URBANOS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	SP		X
2	SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	SP		X
3	CODEN - Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa	DAE - Departamento de Água e Esgoto de Americana	SP		X
4	ABCON - Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto	ASSEMAE - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP		X

5	ASSEMAE - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	ASSEMAE - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP	X	X
6	ASSEMAE - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	ASSEMAE - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP	X	X
7	ASSEMAE - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	ASSEMAE - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP	X	X

II – INDÚSTRIAS, COMÉRCIO, PRESTADORES DE SERVIÇOS E MINERAÇÃO

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	ÚNICA - União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo	FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	SP	X	X
2	CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Limeira	CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Americana	SP	X	X
3	CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Jundiaí	CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Indaiatuba	SP		X
4	CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Campinas	CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo – DR Bragança Paulista	SP		X
5	CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Piracicaba	CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Rio Claro	SP		X
6	CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Santa Bárbara d'Oeste	SIMESPI - Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mec., de Material Elétrica, Eletrônico, Siderúrgica e de Fundições	SP		X

III – IRRIGAÇÃO E USO AGROPECUÁRIO

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Sindicato Rural de Campinas	Sindicato Rural de Limeira	SP	X	X
2	Sindicato Rural de Rio Claro	Sindicato Rural de Indaiatuba	SP	X	X
3	Sindicato Rural de Amparo	Sindicato Rural de Bragança Paulista	SP		X

IV – HIDROELETRICIDADE

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	SindiEnergia - Sindicato da Indústria de Energia do Estado de São Paulo	SindiEnergia - Sindicato da Indústria de Energia do Estado de São Paulo	SP	X	X

V - USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA E JAGUARI

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
1	COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais	COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais	MG	X	X
2	FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais	FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais	MG	X	X
3	SINMEC - Sindicato de Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva	Sindicato dos Produtores Rurais de Extrema	MG	X	X

Tabela 8 – Usuários de Recursos Hídricos – Gestão 2015/2017

I – ABASTECIMENTO DE ÁGUA E LANÇAMENTO DE EFLUENTES URBANOS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	SP		X
2	SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	SP		X
3	CODEN - Companhia de Desenvolvimento de Nova Odessa	DAE - Departamento de Água e Esgoto de Americana	SP		X
4	ABCON - Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto	ASSEMAE - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP		X
5	ASSEMAE - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	ASSEMAE - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP	X	X
6	ASSEMAE - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	ASSEMAE - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	SP	X	X

II – INDÚSTRIAS, COMÉRCIO, PRESTADORES DE SERVIÇOS E MINERAÇÃO

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo	CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Santa Bárbara d'Oeste	SP	X	X
2	CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Limeira	CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Americana	SP	X	X
3	CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Jundiaí	CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Indaiatuba	SP		X
4	CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Campinas	CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Bragança Paulista	SP		X
5	CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Piracicaba	CIESP - Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - DR Rio Claro	SP		X
6	ÚNICA - União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo	SINDAREIA - Sindicato das Indústrias de Extração de Areia do Estado de São Paulo	SP		X

III – IRRIGAÇÃO E USO AGROPECUÁRIO

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	Sindicato Rural de Campinas	Sindicato Rural de Limeira	SP	X	X
2	Sindicato Rural de Rio Claro	Sindicato Rural de Indaiatuba	SP	X	X
3	Sindicato Rural de Monte Mor	Sindicato Rural de Salto	SP		X

IV – HIDROVIÁRIO, TURISMO, LAZER, PESCA E OUTROS USOS NÃO CONSUNTIVOS

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	GRUDE - Grupo de Defesa Ecológica da Bacia do Rio Piracicaba	GRUDE - Grupo de Defesa Ecológica da Bacia do Rio Piracicaba	SP	X	X

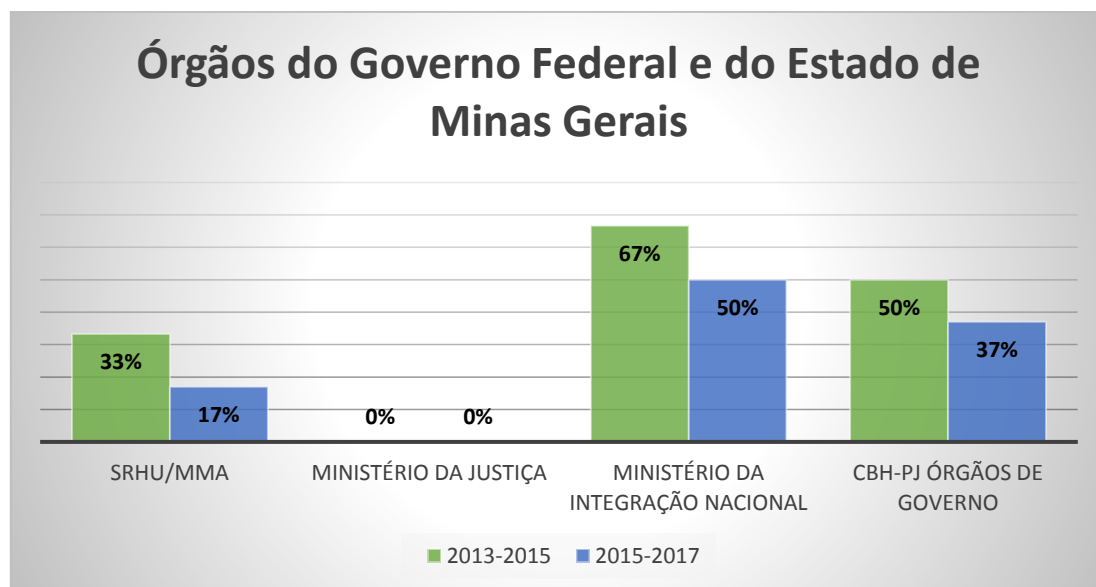
V – VAGA PREENCHIDA NOS TERMOS DO ART. 33 DO ANEXO II DA DELIBERAÇÃO COMITÊS PCJ Nº 205/14, DE 08/08/2014

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PCJ	PCJ FEDERAL
1	ASSEMAE - Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento	AFOCAPI – Associação dos Fornecedores de Cana de Piracicaba	SP	X	X

V - USUÁRIOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS PIRACICABA E JAGUARI

Vaga	Titular	Suplente	UF	Participação nos Plenários	
				CBH-PJ	PCJ FEDERAL
1	COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais	COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais	MG	X	X
2	FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais	FIEMG - Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais	MG	X	X
3	SINMEC - Sindicato de Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Elétricos de Cambuí, Camanducaia, Extrema e Itapeva	Sindicato dos Produtores Rurais de Extrema	MG	X	X

Gráfico 2.4. – Órgãos do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais



Nota

O gráfico apresenta a participação do segmento órgãos de governo federal e estadual mineiro nos plenários dos Comitês PCJ, nos mandatos 2013/2015 e 2015/2017, sendo que ocorreu um leve decréscimo na participação dos respectivos órgãos.

Tabela 9 – Órgão do Governo Federal e do Estado de Minas Gerais – Gestão 2013/2015**I - ÓRGÃOS E ENTIDADES DA UNIÃO**

TITULAR	SUPLENTE
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente
Ministério da Justiça	Ministério da Justiça
Ministério da Integração Nacional	Ministério da Integração Nacional

II - ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

TITULAR	SUPLENTE
Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM
Instituto Estadual de Florestas - IEF	Polícia Civil de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

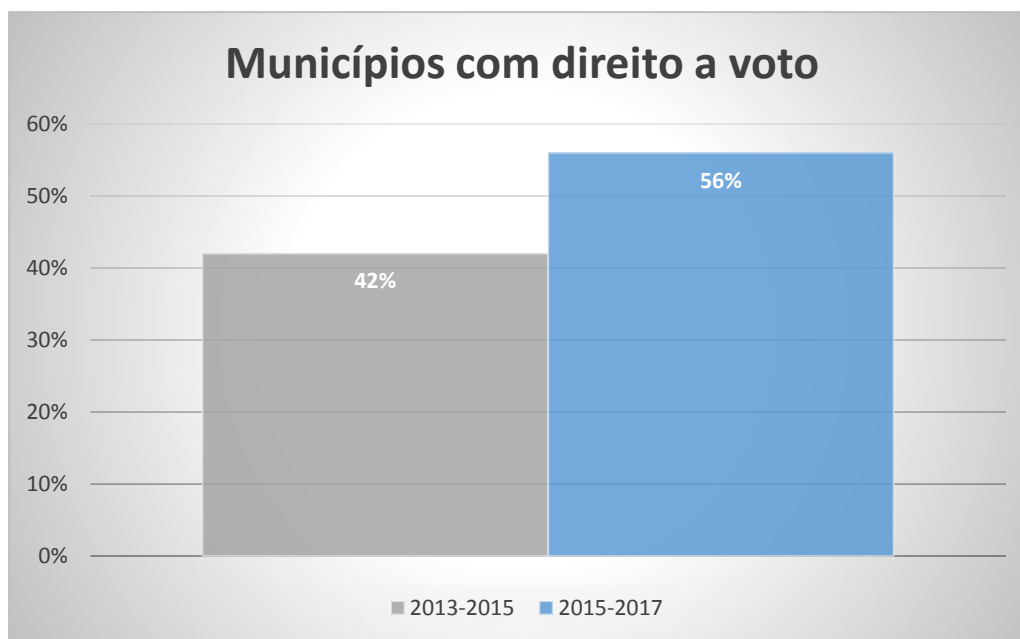
Tabela 10 – Órgão do Governo Federal e do estado de Minas Gerais – Gestão 2015/2017**I - ÓRGÃOS E ENTIDADES DA UNIÃO**

TITULAR	SUPLENTE
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente
Ministério da Justiça	Ministério da Justiça
Ministério da Integração Nacional	Ministério da Integração Nacional

II - ÓRGÃOS E ENTIDADES DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

TITULAR	SUPLENTE
Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM	Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM
Instituto Estadual de Florestas - IEF	Polícia Civil de Minas Gerais
Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA	Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

Gráfico 2.5. – Municípios com direito a voto



Nota

Este gráfico ilustra a participação do segmento municípios com direito a voto (paulistas e mineiros), nos plenários dos Comitês PCJ nos mandatos 2013-2015 e 2015-2017, apresentando um acréscimo da participação deste segmento em relação ao mandato anterior.

Ressaltamos que todos os municípios das Bacias PCJ são membros natos, porém, para se manter a proporcionalidade de votos, previsto nas legislações de recursos hídricos vigentes, apenas os apresentados nas Tabelas 10 e 11 possuem direito a voto, nas gestões 2013/2015 e 2015/2017, após processo eleitoral.

Tabela 10 – Municípios com direito a voto – Gestão 2013/2015

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL
1	Prefeitura Municipal de Amparo	Prefeitura Municipal de Piracicaba
2	Prefeitura Municipal de Campinas	Prefeitura Municipal de Jarinu
3	Prefeitura Municipal de Indaiatuba	Prefeitura Municipal de Tuiuti
4	Prefeitura Municipal de Elias Fausto	Prefeitura Municipal de Ipeúna
5	Prefeitura Municipal de Iracemápolis	Prefeitura Municipal de Cosmópolis
6	Prefeitura Municipal de Salto	Prefeitura Municipal de Hortolândia
7	Prefeitura Municipal de Pedreira	Prefeitura Municipal de Valinhos
8	Prefeitura Municipal de Cordeirópolis	Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse

	Titular no Plenário do CBH-PCJ	Suplente no Plenário do CBH-PCJ
9	Prefeitura Municipal de Cabreúva	Prefeitura Municipal de Itatiba
10	Prefeitura Municipal de Corumbataí	Prefeitura Municipal de Jaguariúna
11	Prefeitura Municipal de Holambra	Prefeitura Municipal de Rio das Pedras
12	Prefeitura Municipal de São Pedro	Prefeitura Municipal de Nova Odessa
13	Prefeitura Municipal de Jundiá	Prefeitura Municipal de Limeira
14	Prefeitura Municipal de Morungaba	Prefeitura Municipal de Socorro
15	Prefeitura Municipal de Rio Claro	Prefeitura Municipal de Capivari
16	Prefeitura Municipal de Vargem	Prefeitura Municipal de Bragança Paulista
17	Prefeitura Municipal de Rafard	Prefeitura Municipal de Americana

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL
1	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim
2	Prefeitura Municipal de Camanducaia	Prefeitura Municipal de Extrema
	Titular no Plenário do CBH-PJ	Suplente no Plenário do CBH-PJ
3	Prefeitura Municipal de Itapeva	Prefeitura Municipal de Toledo

Tabela 11 – Município com direito a voto – Gestão 2015/2017

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL
1	Prefeitura Municipal de Piracicaba	Prefeitura Municipal de Piracicaba
2	Prefeitura Municipal de Holambra	Prefeitura Municipal de Jaguariúna
3	Prefeitura Municipal de Atibaia	Prefeitura Municipal de Vargem
4	Prefeitura Municipal de Capivari	Prefeitura Municipal de Americana
5	Prefeitura Municipal de Valinhos	Prefeitura Municipal de Indaiatuba
6	Prefeitura Municipal de São Pedro	Prefeitura Municipal de Dois Córregos
7	Prefeitura Municipal de Pedreira	Prefeitura Municipal de Cordeirópolis
8	Prefeitura Municipal de Jundiá	Prefeitura Municipal de Várzea Paulista
	Titular no Plenário do CBH-PCJ	Suplente no Plenário do CBH-PCJ
9	Prefeitura Municipal de Rafard	Prefeitura Municipal de Nazaré Paulista
10	Prefeitura Municipal de Campinas	Prefeitura Municipal de Campinas
11	Prefeitura Municipal de Salinho	Prefeitura Municipal de Cosmópolis
12	Prefeitura Municipal de Salto	Prefeitura Municipal de Elias Fausto
13	Prefeitura Municipal de Itu	Prefeitura Municipal de Cabreúva
14	Prefeitura Municipal de Morungaba	Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Posse

15	Prefeitura Municipal de Rio Claro	Prefeitura Municipal de Analândia
16	Prefeitura Municipal de Louveira	Prefeitura Municipal de Piracaia
17	Prefeitura Municipal de Limeira	Prefeitura Municipal de Mogi Mirim

Vaga	Titular nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL	Suplente nos Plenários do CBH-PJ e do PCJ FEDERAL
1	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim	Prefeitura Municipal de Sapucaí-Mirim
2	Prefeitura Municipal de Camanducaia	Prefeitura Municipal de Extrema
	Titular no Plenário do CBH-PJ	Suplente no Plenário do CBH-PJ
3	Prefeitura Municipal de Itapeva	Prefeitura Municipal de Toledo